



espólio

Agora que os 27 543 originais de Pessoa já não estão no lugar original e fazem parte da área de espólios da Biblioteca Nacional, a «arca» é já só a metáfora onde toda a mitologia pessoana se reconhece: uma herança inesgotável que preenche cabalmente todo o tipo de representações

Os tesouros da arca inesgotável

António Guerreiro

NO PRINCÍPIO, a «arca» era ainda uma metonímia: assim se designava o enorme conjunto de originais de Pessoa pelo continente que os incluía. Na verdade, o nomadismo domiciliário do poeta tinha-o obrigado a servir-se de uma arca para transportar a multidão de manuscritos e papéis vários que tinha juntado laboriosamente ao longo da vida. Um tal zelo na acumulação e acondicionamento dos materiais inéditos não é de estranhar em quem tinha feito deles a motivação única da sua vida. Foi precisamente essa arca (ou melhor, essas arcas, já que existe uma outra mais pequena), juntamente com a biblioteca e os objectos pessoais, que, pela sua morte, ficaram em casa de sua irmã, D. Henriqueta, na Av. da República.

Os primeiros «salteadores» conhecidos desta arca foram Gaspar Simões e Luís de Montalvor que começaram a publicar em 1942 aquilo que do longo acervo de inéditos eles consideraram ser a obra acabada: a poesia de F.P. ortónimo e a dos seus três heterónimos, Ricardo Reis, Álvaro de Campos e Alberto Caeiro. Gaspar Simões, como se sabe, mostrou sempre muita relutância quanto à revelação da obra inacabada de F. Pessoa e daquilo que ele considerava ser de menor qualidade.

Agora, que os 27 543 originais (incluindo autógrafos, dactiloscritos, autógrafos de terceiros, fragmentos impressos, folhetos e outras publicações, recortes de Imprensa, etc.) já não estão no seu lugar original e fazem parte da Área de Espólios da Biblioteca Nacional, a «arca» é já só uma metáfora, mas aquela onde toda a mitologia pessoana mais profundamente se reconhece: um espólio que nunca mais se esgota, e de onde continuam a sair insuspeitadas criaturas com nomes próprios bastante verosímeis («uma arca cheia de gente», como diz Antonio Tabucchi) vem preencher cabalmente um certo tipo de representações que projectámos irreversivelmente sobre o poeta e que determina a imagem que dele hoje circula por toda a parte.

Um risco para papéis frágeis

António Brás de Oliveira, responsável pelo Arquivo de Literatura Portuguesa da Biblioteca Nacional, e que por isso,

tem a seu cargo, entre muitos outros, o espólio pessoano, traça-lhe a sua breve história: em 1969, por intervenção governamental, é designado um grupo de trabalho presidido por Jacinto do Prado Coelho, que faz a inventariação do espólio, ainda em casa de D. Henriqueta; em 1975, quando se dá por concluído este primeiro trabalho de inventariação, a grande parte do espólio entra em depósito na Biblioteca Nacional, acabando por ser adquirido em 1980 e incorporado no património desta Biblioteca.

Convém recordar que a generosidade da família de Pessoa e a disponibilidade de que sempre deram provas no que diz respeito ao acesso aos originais ameaçavam tornar-se um risco para a integridade dos frágeis papéis, ou mesmo para a sua permanência no lugar legítimo. Mesmo assim, não se conseguiu impedir que desaparecessem alguns materiais (em número, aliás, pouco significativo). Maria Aliete Galhoz, uma das mais profundas conhecedoras da «arca» do poeta, quando fez em 1960 a edição da obra de

Pessoa para a editora brasileira Aguilar já não encontrou a matriz da edição da Ática, feita por G. Simões e Luís de Montalvor. Yvette Centeno conta que, quando começou a trabalhar no espólio, a casa de D. Henriqueta estava sempre povoada de pessoanos que começavam a atropelar-se, sem condições mínimas de trabalho e, sobretudo, devassando toda a privacidade daquela casa particular. Por tudo isto, algumas pessoas começaram a movimentar-se para que o espólio fosse adquirido pelo Estado e devidamente

conservado e catalogado. Segundo Arnaldo Saraiva, foi o Centro de Estudos Pessoaanos, fundado em 1976 no Porto, de que ele hoje é director, que exerceu decisiva pressão para que tal acontecesse. A proposta deste Centro para que o espólio fosse depositado no Museu Nacional de Literatura (situado no Porto) acabaria por tornar-se um episódio polémico que desencadeou um abaixo-assinado, enviado ao secretário de Estado da Cultura, de alguns intelectuais e estudiosos da obra do poeta, contra o

«desvio» do espólio pessoano da sua cidade legítima: Lisboa. E assim o espólio acabaria por ficar em Lisboa, na Biblioteca Nacional, onde qualquer leitor pode hoje consultá-lo nas 117 bobinas (cerca de 45 mil imagens) de microfilme que dele entretanto foram feitas, e que lhe asseguram uma longa posteridade, mais não seja sob a forma de simulacro. Quanto aos manuscritos, esses foram ordenados e introduzidos individualmente dentro de uma capa de papel almaço, para além de devidamente catalogados.

Ivo de Castro, que dirige o grupo a quem foi confiada a missão da edição crítica da obra de Pessoa, sublinha no entanto que o microfilme não substitui, em muitos casos onde a decifração é particularmente difícil, os originais, que são de uma grande fragilidade, já que o poeta se servia de toda a espécie de suportes para escrever e fazia-o muitas vezes a lápis. O trabalho directo sobre os originais, como aquele que é exigido por uma edição crítica, torna-se assim uma corrida contra o tempo.

Desta arca continuam a sair insuspeitadas criaturas com nomes bastante verosímeis



A imagem para o futuro

O que o conjunto heteróclito de materiais encontrados na arca revela, é que F. Pessoa não só projectou a sua obra a pensar na posteridade, mas sobretudo construiu calculadamente, nos mais ínfimos pormenores, a imagem em que gostaria de se ver representado no futuro. E, nesse aspecto, não restam dúvidas de que ele foi um mestre da simulação. Teresa Sobral Cunha, uma das responsáveis pela edição do *Livro do Desassossego* e que faz neste momento o levantamento de todos os planos e projectos editoriais, feitos por Pessoa, para a publicação da sua obra, diz que este mestre do fingimento chegava a alterar as datas dos poemas (como acontece frequentemente na *Mensagem*, mas aqui para criar um certo jogo de coincidências astrológicas) e a cometer outro tipo de «fraudes» (como aquela, já largamente desmentida pela data dos originais encontrados no espólio, de que teria escrito os 34 poemas de *O guardador de rebanhos* de um só jacto, conforme o relato que ele próprio faz do acontecimento na famosa carta sobre os heterónimos, enviada a Casais Monteiro),

(Continua na pág. 56-R)

UM CERTO totalitarismo do fenómeno Pessoa não encoraja muito as declarações de menor apreço pela obra do poeta, e quando surgem são quase sempre vistas como um signo de distinção, uma maneira de escapar ao gregarismo da massa.

Em 1985, ano do cinquentenário da morte do poeta, surgiu um pequeno panfleto publicado em jornais e assinado pelos Quatro Elementos Editores, onde se lia: «Tanto Pessoa já enjoa.» O que se punha aí em causa não era o valor intrínseco da obra de F. Pessoa, mas toda a parafernália comemorati-

Menos- -pessoanos, apessoanos e anti- -pessoanos

va, com os seus cortejos oficiais e as necrófilas trasladações «ad majorem Patriae gloriam». As entidades oficiais procuraram sempre redimir a sua

má-consciência através de gestos enfáticos e alaridos discursivos. Houve uma certa altura em que, na Assembleia da República, era muito provável que

um discurso de exaltação patriótico-linguística acabasse com a célebre frase do semi-heterónimo Bernardo Soares: «A minha pátria é a língua portuguesa», sem que a repetição desta fórmula ganhasse alguma vez a ironia com que Andy Warhol reproduzia as latas de sopa Campbell. Mais discreto e enigmático, Ramalho Eanes terminou uma vez o seu discurso ao país com uma exortação retirada da Mensagem: «É a hora!»

Fatalmente, tudo isto cria suspeitas e resistências — mesmo nos intelectuais menos puritanos — que só indirectamente atingem o

poeta.

Mário Cesariny, com a sua peculiar irreverência, preocupa-se com o facto de «só existir o Fernando Pessoa num país que tem uma tradição literária que remonta ao séc. XII». E acrescenta que «ainda o ano passado o mais pesado silêncio pairou sobre o centenário do nascimento de um outro poeta do Orfeu, injustamente esquecido: Raúl Leal».

Esta preocupação pelo facto de a estrela pessoana encobrir o brilho dos outros astros da constelação é quase comum a todos os poetas que responderam a um inquérito que a revista «Colóquio-Letras» fez, sobre a importância de F. Pessoa na poesia portuguesa deste século. De qualquer modo, esta posição não se confunde com nenhuma espécie de antipessoanismo. Antipessoanismo que existe, na sua forma mais dura, em Maria Teresa Horta, que confessa abertamente «detestar F. Pessoa e sentir mesmo um grande desgosto na lei-

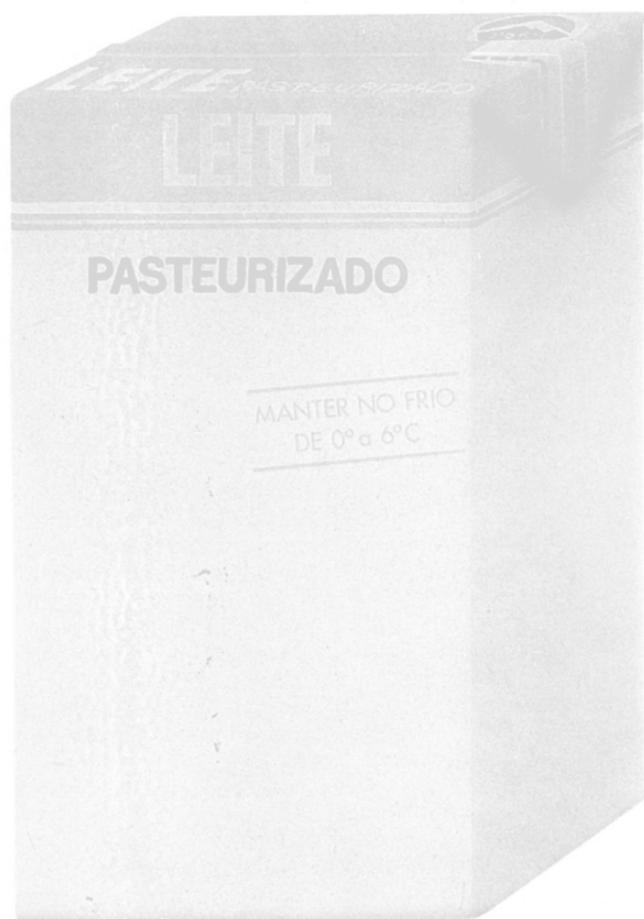
tura da sua poesia, que é chata e desagradável». As razões invocadas são a consabida «misoginia de Pessoa, o facto de a mulher estar arredada quer da sua vida, quer da sua escrita». «Bêbedo manga de alpaca» e «eunuco» são algumas das características menos generosas que M. Teresa Horta atribui ao poeta.

Entendida embora de outra maneira, a questão da a-sexualidade e recalçamento do corpo parecem constituir as razões fundamentais do «a-pessoanismo» (e já não antipessoanismo) de Mário Cláudio, posição neutra que conflui no «apocalipse de 'aa' com que ele se nos dirige: amor e ascético e acríptico e assexual». E Mário Cláudio acrescenta:

«Poeta sem corpo que é, não me oferece ele obra maior do que a decantada heteronímia. Fernando é a negação de si mesmo e de nós todos, em vozes que não lhe pertencem, nem nos pertencem, nem a elas próprias, uma só vez, alcançam pertencer-se. Num

OLHA P'RA COR!

É VERMELHA. É NO FRIO.



É O SEU LEITE DO DIA

Tetra Brik
A EMBALAGEM
SEM AR

(Continuação da pág. 55-R)

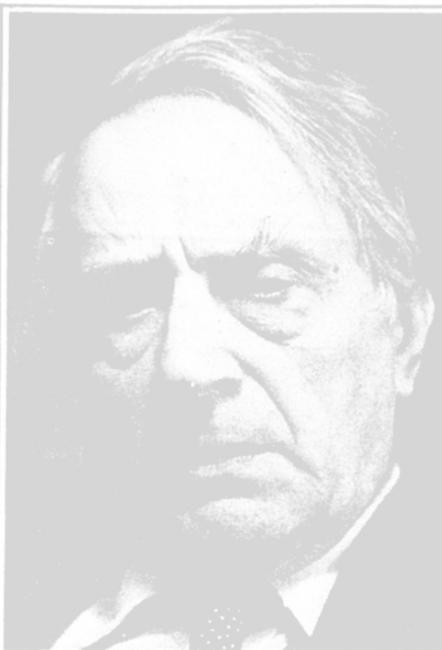
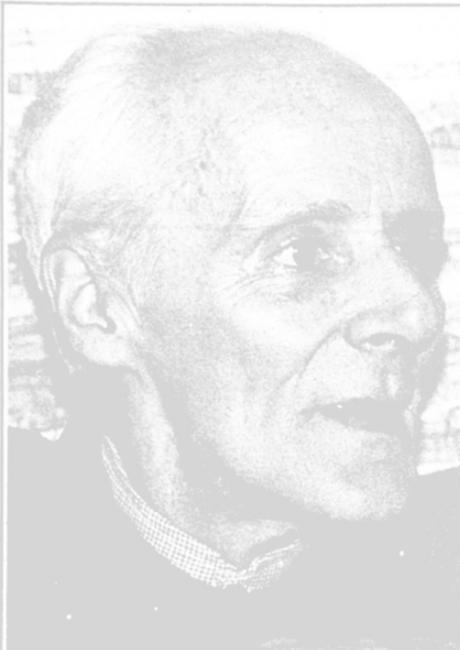
só para construir uma imagem e impor todas as regras do jogo que ele sabia vir um dia a desenrolar-se entre a sua obra e os críticos e biógrafos.

Segundo a descrição de Maria Aliete Galhoz, F. Pessoa deixou tudo em maços atados ou em sacos de papel, muitas vezes com indicações em inglês, do tipo: «old tings», «very old things», «bad, but not so bad», o que constituía já um certo princípio de ordenação. Retrato do gato, notas da mulher-a-dias, o convite para o casamento de Casais Monteiro, bilhetes da sobrinha ou de alguém a pedir-lhe alguma coisa, os mais insignificantes vestígios do quotidiano eram guardados, como se de peças importantes se tratasse, esperando pacientemente o dia em que cada um desses banais documentos se tornariam cobichados fetiches, para deleite do olhar lúbrico dos investigadores, e com direito a ficha na Biblioteca Nacional.

Acéder à «arca» é entrar no laboratório do poeta. Há quem defenda mesmo que o interesse em revelar os inéditos reside exclusivamente nisso, porque já nenhuma obra acabada ou de relevo virá a ser extraída da «arca». O Instituto de Estudos sobre o Modernismo, fundado por Teresa Rita Lopes e que aglomera cerca de duas dezenas de pessoas, alunos

Espólio: decifrar é o problema maior

de mestrado e assistentes da Universidade Nova de Lisboa, tem uma opinião diferente: entende que, para além desse interesse mais reservado aos estudiosos, mas que de qualquer modo justifica a revelação pública de todos os inéditos, existe ainda nesse vasto material inédito obras de grande valor que virão ampliar um já longo sistema e, eventualmente, «transformar a visão crítica que se tem de F. Pessoa e revelar uma face oculta do poeta». Revelar todo o Pessoa inédito é a tarefa que esta equipa se propôs, com a convicção de que um tal trabalho deve ser feito colectivamente, por um grupo suficientemente vasto de investigadores, para que a revelação de inéditos não se continue a fazer um pouco aleatoriamente, em função dos interesses de cada estudioso e segundo a área do espólio que cada um elege. O Instituto de Estudos sobre o Modernismo está,



Mário Cesariny, Vergílio Ferreira, Agustina Bessa-Luis, Eugénio de Andrade: em causa a importância de Pessoa

século que teve Pessanha e Sá-Carneiro, Nemésio e Sena, será quase um insulto aos deuses, parece-me, agradecer-lhes a dávida afinal menor.»

A desvalorização da heteronímia é também feita por Eugénio de Andrade que a considera, nesse inquérito publicado no n.º 88 de «Colóquio-Letras», «uma debilidade». No entanto, da obra de Pessoa, E. de Andrade apenas manifesta indiferença pela produção em prosa, «que não me parece

determinante em nenhum sentido».

Para Virgílio Ferreira, que no seu diário manifestou algumas vezes a sua antipatia por Pessoa, há uma questão que deve ser formulada para denunciar «a artificialidade e gratuidade do jogo heteronímico: quem é a pessoa no Pessoa que diz que o eu não existe?» No entanto, V. Ferreira confessa ter vindo progressivamente a abandonar as reservas e a aceitar este jogo como «legítima resposta à crise

do nosso tempo, tão legítima como a de Raúl Brandão que seguiu uma via diferente».

Vasco Graça Moura, que em tempos chegou a declarar numa entrevista ser indiferente à obra de Pessoa, confessa no inquérito já referido «não ser excessivamente pessoano». E prossegue: «O mais importante nos vários Pessoa é que todos eles formam um grande poeta apátrida e pensante, mesmo quando eu não

gosto dele, ou quando ele me irrita, o que é muito frequente.»

Mais difícil de reduzir a uma simples proposição é a posição de Agustina Bessa-Luis, que também não parece muito interessada em torná-la mais explícita. Nas várias preferências ao poeta disseminadas na sua obra, a heteronímia parece ser encarada como algo negativo, como a marca insosfismável de uma «insuficiência intelectual». Na biografia da Florbela Es-

panca, ao comentar a frase pessoana «sei que compreendo a natureza por fora e não a compreendo por dentro», Agustina afirma: «Esta tendência à distração, à superficialidade da adaptação, é própria duma marcada insuficiência intelectual. E, porque é infinitamente ampla a seara deste tipo humano, Fernando Pessoa encontra uma larga audiência para a sua expressão. Expressão de insuficiência não só intelectual, como moral e

afectiva» (p. 28). Em suma, Agustina julga Fernando Pessoa a partir de um modelo de racionalidade e de completude que é o do poeta da Idade Clássica.

Significativo é o facto de Pessoa não suscitar hoje críticas de carácter político e ideológico, que foram precisamente as que, há algumas décadas, mais se fizeram sentir. Aparentemente, todos já perdoaram «o poeta da hora absurda».

A.G.

por isso, a fazer um levantamento dos inéditos e a reconstituir os conjuntos, isto é, a traçar uma cartografia do território pessoano, para melhor se poder orientar. Arnaldo Saraiva defende que pelo menos os resultados da inventariação exaustiva do espólio devem ser divulgados para conhecimento de todos os investigadores.

A obra sob um único nome

O que este trabalho permite constatar, segundo Teresa Rita Lopes, é que Pessoa procedia por aproximações temáticas. Várias zonas temáticas vão sendo abordadas progressivamente, de modo que existem muitas vezes várias versões de um mesmo texto, como se fossem ensaios para uma versão final. É este procedimento que leva Pessoa a escrever incessantemente.

Segundo Yvette Centeno (uma outra conhecedora do espólio que tem trabalhado sobretudo com os textos herméticos), todo o material ensaístico inédito é constituído por todo um conjunto de textos fragmentários, notas soltas contendo ideias em gestação (muitas vezes incoerentes e contraditórias entre si), apontamentos para serem retomados e desenvolvidos posteriormente. E há também uma grande quantidade de poemas ingleses que, de acordo com Yvette Cen-

teno, estão cheios de incorrecções gramaticais e têm um valor literário muito relativo. É pois uma visão do espólio inédito um pouco diferente da de Teresa Rita Lopes. Uma diferença que é acentuada pelo facto de esta tender a sublinhar a importância da heteronímia (e Teresa Rita Lopes continua a descobrir «personalidades literárias» — expressão com que designa alguns nomes próprios, um interminável desfile deles, que não chegam a constituir heterónimos propriamente ditos), ao passo que Yvette Centeno relativiza bastante a questão da desmultiplicação heteronímica, defendendo mesmo que Pessoa projectava (e há documentos que o comprovam, assinala esta estudiosa) publicar toda a obra sob o

seu nome. Ideia porventura difícil de ser concebida por quem descortina mesmo grandes diferenças caligráficas na escrita de cada um dos heterónimos.

Ser ou não homossexual

De qualquer modo, estas diferentes visões não são de estranhar, quando é sabido que a «arca» é uma espécie de poço sem fundo de onde se vai retirando o que se quer, para provar as teses mais contraditórias. Afinal, a «arca», na sua obscena transparência (por tudo exhibir), é talvez a mais ardilosa estratégia que Pessoa perfidamente concebeu para se esconder. Por isso, quando em recentes declarações ao EXPRESSO Teresa Rita Lopes declara ter desco-

berto elementos no espólio que desmentem a suposta homossexualidade de Pessoa, ocorre perguntar por que razão, neste caso, os documentos que desmentem têm mais importância do que os que confirmam. Provavelmente, uns e outros têm apenas a importância que as declarações enfáticas dos investigadores lhes atribuem. Vir desmentir a homossexualidade de Pessoa acaba sempre por ganhar a saborosa tonalidade de uma freudiana denegação, e corre o risco de surgir como uma vontade de resgatar o poeta, «in extremis», do opróbrio público.

No trabalho com o espólio, o problema maior é talvez o da decifração. Pessoa escrevia sobre toda a espécie de suportes (alguns deles bastante frá-

geis, como, por exemplo, guardanapos de papel) e utilizando por vezes a mais desvairada caligrafia, acusando talvez a rapidez do raciocínio ou mesmo o excesso de álcool. Obviamente, não existe uma paleografia pessoana como saber que possa ser transmitido. Como sublinha Ivo de Castro, a desventura para ler os originais manuscritos depende exclusivamente de uma longa habituação e uma obstinada paciência, que acabam por tornar relativamente familiar a caligrafia pessoana, mesmo nos seus piores momentos. Há, evidentemente, problemas insolúveis, tanto mais que, como nos relata Maria Aliete Galhoz, Pessoa escrevia muitas vezes em linhas atravessadas numa página já escrita, resultando daí um quase indecifrável palimpsesto. Os erros acumulados na edição de Gaspar Simões não derivam tanto desse facto, mas muito mais, segundo Ivo de Castro, do impressionismo com que este fez as transcrições, permitindo-se emendar o poeta onde pensa que este está errado, ou decidindo-se por uma palavra riscada em vez daquela que a substituíra por entender ser essa a melhor solução.

A agilidade do decifrador

Decifrar os originais implica toda uma agili-

dade intuitiva que, a partir de um certo grau, se torna num saber que reconhece regularidades, identifica variantes e percebe ou prevê todos os avatares de uma forma caligráfica. Evidentemente, haverá sempre quem revele uma particular destreza para este trabalho que ficará sempre interdita a outros. Maria Aliete Galhoz, que é hoje uma das investigadoras que há mais tempo trabalha com o espólio pessoano (e com suficientes provas dadas), afirma que ninguém ainda revelou um dom tão apurado para decifrar os manuscritos do poeta como Teresa Sobral Cunha. É provável que alguém que tem consagrado muito do seu tempo (e esse é precisamente o caso de T. Sobral Cunha que trabalha exclusivamente no espólio) a ler originais de Pessoa, acabe por manter com os papéis e as formas caligráficas uma relação de entendimento que é quase uma sim-pathia.

De certo modo, perceber a caligrafia é também compreender os mecanismos mentais e de escrita de Fernando Pessoa, é aceder a um corpo ausente. Por isso, este trabalho acabará sempre por promover um certo fetichismo. Não era Barthes quem dizia que a caligrafia é o lugar de coincidência absoluta entre o corpo e a escrita?

Inéditos «provam» as teses mais contraditórias

